

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009100-54.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Condomínio em Edifício**
 Requerente: **Residencial Torres Di Italia Lifestyle**
 Requerido: **Rosa Maria Martins Accioli**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

RESIDENCIAL TORRES DI ITALIA LIFESTYLE ajuizou Ação de **COBRANÇA DE DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA** em face de **ROSA MARIA MARTINS ACCIOLI**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que a requerida é possuidora/proprietário da unidade “v-183” do Residencial Torres Di Itália Lefestyle e deixou de pagar as despesas de administração, conservação e limpeza e também taxa extra, conforme relatório que encartou as fls. 37/38. Afirma que a dívida da requerida soma R\$ 3.328,64. Pede a procedência da ação com a condenação da requerida ao pagamento das despesas supramencionadas, mais as parcelas vincendas, devidamente atualizadas e acrescidas de correção monetária e juros de mora.

Juntou documentos às fls. 04/38.

Devidamente citada, a requerida não ofertou defesa, ficando reconhecida em estado de contumácia (certidão de fls. 108).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pela petição de fls. 112, o Condomínio autor alegou que “Despesas Estatuto” estão previstas no Estatuto juntado com a inicial e são inseridas como despesas extraordinárias, já que a requerida deu causa a propositura de ação judicial para cobrança de despesas, se prestando tal valor ao reembolso de despesas com contratação de advogado.

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344 do CPC).

Com o silêncio a requerida confessou ser devedora das despesas de condomínio do imóvel de sua propriedade, conforme documentos encartados com a portal.

* * *

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** a requerida **ROSA MARIA MARTINS ACCIOLI** a pagar ao autor, **RESIDENCIAL**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

TORRES DI ITALIA LIFESTYLE a quantia de R\$ R\$ 3.328,64.

Referido valor será pago com correção monetária a partir do ajuizamento e juros de mora, à taxa legal, a partir da citação.

Deve, ainda, pagar as prestações que se venceram no curso da lide, nos termos do art. 290, do CPC”.

Sucumbente, arcará as requerida com as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.

Publique-se e Intimem-se.

São Carlos, 17 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**